

Escritos na quarentena: autoritarismo não é loucura

*Written in quarantine:
authoritarianism is not crazy*

Marcílio D. Brandão¹

1. Doutor em Sociologia (UFPE, 2017), Doutor em Ciências Sociais (EHESS, 2017), pós-doutorado junto à Universidade Estadual do Ceará (UECE), com bolsa Capes (2018-2019) e Funcap (2018-2020). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE. marcilio.brandao@uece.br <https://orcid.org/0000-0003-2978-4278>

Resumo: O artigo tematiza o avanço do novo coronavírus em alguns países para, em seguida, discutir recente pronunciamento oficial do chefe do Governo Federal brasileiro que contraria as medidas de isolamento social recomendadas por diversas outras autoridades. Como hipótese, o autor postula que tal pronunciamento se relaciona com a pretensão autoritária do mandatário da República brasileira e, retomando a noção de “loucura” com que ele vem sendo tratado por muitos de seus críticos, examina sua hipótese frente a dados nacionais e internacionais que apresenta para, finalmente, concluir que autoritarismo não é loucura, mas parte de uma estratégia de centralização de poder e restrição de liberdades. Assim, o texto se propõe a alertar sobre o que postula ser um projeto autoritário do Governo Federal.

Introdução

Escrevo estas páginas com a expectativa otimista de que elas não venham a fazer parte de uma série. No Ceará, de onde escrevo, estamos vivendo o que é popularmente chamado de “quarentena” desde a publicação do Decreto

Estadual nº. 33.519, de 19/03/2020, que intensifica as medidas para enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus, causador da doença denominada COVID-19. Por intensificação, neste caso, compreende-se uma série de restrições à circulação de pessoas. Tais restrições seguem recomendações nacionais e internacionais com vistas à contenção da propagação do vírus. Assim, a quarentena da qual escrevo corresponde ao isolamento social a que estamos submetidos em meio ao esforço transnacional de conter o avanço do novo coronavírus em escala planetária.

Dito isto e considerando que ainda escrevo este texto no mesmo mês de março de 2020, fica evidente que estas páginas estão sendo produzidas no “calor” dos acontecimentos que motivam as reflexões aqui registradas. Há quem diga que o calor dos acontecimentos não combina com a prudência com que devem ser usadas as palavras. Correndo o risco associado a este dito popular, reflito sobre o avanço do novo coronavírus em alguns países para, em seguida, discutir um recente pronunciamento oficial do chefe do Governo Federal que contraria a quarentena que o Ceará e o mundo quase todo estão enfrentando nestes dias. Como hipótese, postulo que tal pronunciamento se relaciona com a pretensão autoritária do atual mandatário da República brasileira e, retomando a noção de “loucura” com que ele vem sendo tratado por muitos, examino a hipótese frente a dados nacionais e internacionais que apresento para, finalmente, concluir o que o subtítulo deste artigo já indica: autoritarismo não é loucura, mas é sempre parte de estratégias mais ou menos sofisticadas de centralização de poder e restrição de liberdades.

Vale ressaltar que este texto não resulta de um protocolo de investigação sistemática com teste de hipótese, mas tão-somente de um ensaio baseado em dados e declarações que permitem traçar mais uma possibilidade útil para refletirmos acerca do que está por vir num futuro breve, onde o Brasil e seu governante são apenas uma das formas de manifestação do autoritarismo contemporâneo – diga-se de passagem, o único caso que pretendo ressaltar nesta comunicação. Obviamente, reconheço a pretensão do subtítulo, mas o mantenho porque me parece útil para o fito deste artigo que pretende alertar para a possibilidade de estarmos tomando a loucura por razão e vice-versa; o que

– no caso específico de Bolsonaro – não me parece nada apropriado. Pode haver muito mais raciocínio estratégico onde seus críticos apontam loucura, como tentarei demonstrar a partir da análise do pronunciamento presidencial de 24/03/2020 e de algumas das suas repercussões.

Dados sobre a letalidade do novo vírus

Sem me arvorar a fazer prospecções, funções exponenciais ou rebuscados cálculos matemáticos de previsão futurista, apresento dados de um triste passado na “Tabela 1 – Óbitos nos primeiros dias”, que expõe o número de mortes atribuídas à COVID-19 em quatro países nos vinte dias posteriores à confirmação do primeiro decesso decorrente da contaminação pelo novo coronavírus nos diferentes países arrolados.

Tabela 1: Óbitos nos primeiros dias

Itália		Estados Unidos		Alemanha		Brasil	
20/02	1	03/03	2	10/03	2	17/03	1
21/02	2	04/03	6	11/03	2	18/03	4
22/02	3	05/03	9	12/03	3	19/03	7
23/02	7	06/03	10	13/03	6	20/03	11
24/02	10	07/03	11	14/03	6	21/03	18
25/02	12	08/03	11	15/03	8	22/03	25
26/02	17	09/03	11	16/03	17	23/03	34
27/02	21	10/03	19	17/03	26	24/03	46
28/02	29	11/03	25	18/03	28	25/03	57
29/02	34	12/03	29	19/03	44	26/03	77
01/03	52	13/03	36	20/03	68	27/03	92
02/03	79	14/03	41	21/03	84	28/03	111
03/03	107	15/03	41	22/03	94	29/03	136
04/03	148	16/03	85	23/03	148		
05/03	197	17/03	98	24/03	157		
06/03	233	18/03	150	25/03	206		

Itália		Estados Unidos		Alemanha		Brasil	
07/03	366	19/03	201	26/03	262		
08/03	463	20/03	256	27/03	342		
09/03	631	21/03	311	28/03	433		
10/03	827	22/03	428	29/03	489		

Fonte: elaboração do autor, a partir de <https://www.bing.com/covid>

Com estes dados, é possível constatar que a agilidade do avanço destas mortes no Brasil só foi menor do que a registrada nos primeiros dias do intervalo estadunidense. Logo em seguida, reduziu-se a celeridade com o que o número de óbitos avançava nos Estados Unidos, mas manteve-se uma acelerada progressão no Brasil, revelando que a partir do quarto dia após a confirmação do primeiro óbito atribuído à COVID-19, a situação brasileira já apontava mais casos letais que os demais países destacados. Em termos proporcionais, Oke e Heneghan (2020) evidenciam que, entre estes países, somente a Itália está acima do Brasil no que tange à razão entre número de mortes e número de casos diagnosticados de infecção, respectivamente 11,39% e 3,23%.

Considerando que o Brasil não tem a mesma pujança econômica que Estados Unidos e Alemanha, pode-se inferir que os elevados custos dos cuidados médicos necessários à saúde de quem tem complicações decorrentes deste contágio dificultarão a extensão destes cuidados mais aos brasileiros que aos outros dois povos. Assim, é pouco provável que o Brasil possa desacelerar esta onda de letalidade pela via da assistência médico-hospitalar aos casos mais difíceis da infecção. Ainda sobre a Alemanha, vale destacar que o país reverteu sua taxa inicial de mortalidade e atualmente apresenta uma das menores taxas (0,88%) de letalidade associada ao vírus (OKE; HENEGHAN, 2020).

Por outro lado, considerando que o Brasil tenha menos indivíduos no universo dos grupos populacionais em que há maior número de óbitos, também podemos inferir que a situação nacional não continuará a registrar uma aceleração do número de óbitos por tanto tempo quanto se observa na Itália. Os segmentos da população mais afetados – e, portanto, tratados como “grupos de

risco” – são pessoas idosas (com mais de 60 anos) e portadores de complicações de saúde prévias à infecção. Contudo, a equação não é tão simples, e – apesar do menor número de idosos – o Brasil tem condições de saneamento mais precárias e pode ter uma maior concentração de habitantes por domicílio, o que dificulta o cumprimento das recomendações de isolamento e higienização frequente (sobretudo das mãos).

Os dados são evidentemente preocupantes para qualquer pessoa com o mínimo de conhecimento em epidemiologia, estatística ou matemática elementar. Contudo, até 24/03/2020, eles não eram suficientes para levar o chefe do governo brasileiro a compreender que a doença decorrente do vírus não é apenas uma “gripezinha”, conforme voltou a afirmar naquele dia em pronunciamento oficial transmitido simultaneamente pelo rádio e pela televisão para todo o país¹. Em consonância com o discurso presidencial que contraria um grande número de recomendações de especialistas em saúde pública, o Governo Federal intensificou seu empenho pela redução das restrições de circulação em todo o território nacional; até o Ministro da Saúde, que vinha adotando uma postura técnica alinhada à das organizações internacionais que recomendam isolamento social, mudou de tom². Deste modo, o Presidente em seu pronunciamento e em muitos de seus atos, assim como o conjunto do governo que ele lidera, passaram a adotar uma postura que visa a suspender o isolamento social do conjunto da população nacional; restringindo tal isolamento a pessoas idosas e demais indivíduos considerados como integrantes de grupos de risco. O descompasso entre tais posturas do Executivo Federal e as orientações de muitas autoridades internacionais na área da saúde é tão grande que um importante veículo da imprensa internacional criticou o Presidente alcunhando-lhe de “BolsoNero” em referência ao imperador romano que entrou para a história como louco por supostamente ter mandado incendiar Roma³.

1. Disponível em: <https://youtu.be/VWsDcYK45Tw>. Acesso: 27 mar. 2020.

2. Cf.: <https://noticias.uol.com.br/colunas/balaio-do-kotscho/2020/03/24/dr-mandetta-volta-ao-baixo-clero-e-vira-mais-um-bolsonaro.htm>. Acesso: 27 mar. 2020.

3. Cf.: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/26/interna_politica,840579/revista-inglesa-chama-presidente-de-bolsonero-brinca-com-coronavi.shtml. Acesso:

A hipótese da centralização de poder no Brasil

Apesar de conhecermos a reflexão anticapitalista sobre o isolamento social para deter a contaminação pelo novo vírus (HARVEY, 2020), podemos supor que as razões de crítica do Presidente brasileiro não tenham a mesma origem, mas resultem sobretudo de dois fundamentos: 1º) a pressão de setores econômicos que estão perdendo negócios e reduzindo seus lucros devido à desaceleração da vida social em tempos de quarentena e 2º) o que pretendo desenvolver um pouco mais neste artigo, a pretensão de centralização de poder e autoridade do chefe do Executivo nacional.

A referida alcunha de “BolsoNero” e a grande repercussão de críticas associando a postura presidencial à loucura são o singelo ponto sobre o qual pretendo apresentar minha hipótese, segundo a qual, muito ao contrário da insanidade, a ação do chefe do Executivo brasileiro pode estar sendo planejada com vistas ao recrudescimento autoritário do estado nacional.

No caso do antigo imperador romano, a história é rica em análises mais precisas sobre seu interesse de deixar Roma queimar não por loucura, mas por intenção de poder reconstruí-la em estilo monumental que o imortalizasse como o grande reconstrutor da sede imperial. Já no presente, se acreditarmos na máxima marxista de que a história se repete primeiro como tragédia e depois como farsa, podemos compreender que as tragédias já tiveram seu lugar na repetição da megalomania narcisista e então só resta a farsa. A farsa é um gênero teatral secundário, em cujas obras há geralmente um único ato, enredo curto e poucos atores. Considerando uma simples definição difundida pelo Portal dos Atores, ela é “comédia trivial muitas vezes caracterizada por uma série de enganos que terminam em pancadaria”⁴.

Suspender o isolamento social na contramão das recomendações nacionais e internacionais de profissionais e organizações de saúde pública não é o único “engano” da farsa “BolsoNero” no tema em questão; o Presidente também polemiza com muitos chefes do Executivo de estados e municípios brasileiros,

27 mar. 2020.

4. Disponível em: <https://portaldosatores.com/2014/12/05/dicionario-de-teatro/>. Acesso: 28 mar. 2020.

estabelecendo verdadeiras batalhas políticas, administrativas e judiciais para abalar ou suspender medidas adotadas por estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará, mas também por municípios, como o Recife, que recentemente teve de pelear no Poder Judiciário para garantir a expectativa de seu pretendido direito de receber os equipamentos hospitalares que havia comprado previamente, quando a Organização Mundial de Saúde decretou emergência de saúde pública e, de certo modo, alertou sobre o risco de pandemia (que mais tarde veio a se confirmar) em decorrência da proliferação do novo coronavírus⁵.

A postura presidencial é consoante à demanda de parte significativa dos agentes econômicos que apoiam seu governo e, assim como o Presidente, defendem que a doença decorrente da contaminação pelo novo vírus – mais cedo ou mais tarde – ceifará a vida de algum número de indivíduos, pelos quais não é possível que o país inteiro sofra⁶. Assim, o empresário e apresentador de TV, Roberto Justus, havia declarado um dia antes do referido pronunciamento presidencial que

No Brasil, nós temos aqui poucos casos ainda e temos, infelizmente, 25 mortos, mas 25 mortos para 210 milhões de habitantes, de novo, é um número muito baixo. O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que nós estamos dando um tiro de canhão para matar um pássaro. Nós estamos exagerando na dose. (ROBERTO JUSTUS, 23/03/2020)

Seguido por vários outros empresários, o entendimento de figurões do mundo dos negócios foi propositivo, como se depreende da declaração de Junior Durski, empreendedor do ramo alimentício, que afirmou que

5. Cf.: https://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2020/03/23/bolsonaro-tentou-confiscar-ventiladores-pulmonares-comprados-pelo-recife-trf5-barrou-iniciativa/?fbclid=IwAR3sUWzasXXgOXU-b8uEXCfta7KJL2pllhhlc1q_XJgFP26McuxRxjvsfXyE&utm_source=undefined&utm_medium=referral&utm_campaign=mobile-redirect. Acesso: 28 mar. 2020.

6. Cf.: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/24/empresarios-coronavirus-o-que-dizem-criticas.htm>. Acesso: 28 mar. 2020.

[...] vamos chorar a cada uma das pessoas que morrerem com coronavírus. Vamos cuidar. Vamos isolar os idosos, vamos isolar as pessoas que têm algum problema de saúde, como diabetes. Vamos. É nossa obrigação fazer isso. Mas nós não podemos [parar a economia nacional], por conta de 5.000 pessoas ou 7.000 pessoas que vão morrer... (JUNIOR DURSKI, 24/03/2020).

O apelo dos empresários parece ter sido ouvido no Palácio do Planalto e, poucas horas depois das citadas declarações, o Presidente da República realizou o pronunciamento a que tenho me referido. Na ocasião, afirmou, dentre outras coisas:

[...] o que tínhamos que conter naquele momento [de início do planejamento de ações contra o vírus] era o pânico, a histeria. E, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos.

Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. Um cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país [...].

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. (JAIR BOLSONARO, 24/03/2020)

Dito isto, posso afirmar que a postura presidencial também pode encontrar alguma sustentação no polo oposto ao do mundo empresarial, onde há

– em meio às lutas anticapitalistas – quem conteste as medidas de isolamento por entendê-las como estratégias mais de medo que de saúde (ZIBECHI, 2020).

Assim, a consolidação da virada nacional das diretrizes de enfrentamento da pandemia e uma eventual adesão massiva da população ao caminho proposto pelo chefe do Executivo Federal pode certamente ter resultados muito distintos. Se a curva de letalidade continuar avançando em um sentido que encontre alguma posição entre a da Alemanha e a da Itália, ainda teremos um elevadíssimo índice de óbitos associados ao novo vírus. Se, de algum modo, o Brasil conseguir deter o avanço letal da doença decorrente do vírus, o Presidente poderá “cantar vitória” sobre seus adversários internos e externos. Se, por outro lado, o resultado tiver mais semelhança com o caso de Milão, que não respeitou as orientações de isolamento social nos primeiros dias da doença e acumulou milhares de mortos em menos de trinta dias depois da divulgação de uma campanha publicitária baseada no slogan de que “Milão não para”⁷, a sociedade brasileira pode entrar em convulsão.

Ainda mais numerosas são as especulações da equipe do Imperial College de Londres que se dedica ao estudo desta pandemia. Segundo Walker *et al.* (2020), em modelagem estatística das possibilidades de avanço da doença, há cinco cenários possíveis para 202 países, incluindo o Brasil, que figura no estudo inglês da seguinte forma:

- Cenário 1 - Sem medidas de mitigação - 1.152.283 mortes;
- Cenário 2 - Com distanciamento social de toda a população - 627.047;
- Cenário 3 - Com distanciamento social e reforço do isolamento de pessoas idosas - 529.779;
- Cenário 4 - Com supressão tardia⁸ - 206.087;
- Cenário 5 - Com supressão precoce⁹ - 44.212.

7. Cf.: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-nao-pode-parar-evoca-milao-que-mudou-de-ideia-com-alta-de-mortes/>. Acesso: 24 mar. 2020.

8. Testagem massiva, isolamento dos casos positivos e monitoramento de pessoas próximas a partir de 1,6 morte por 100 mil habitantes por semana.

9. Testagem massiva, isolamento dos casos positivos e monitoramento de pessoas próximas a partir de 0,2 morte por 100 mil habitantes por semana.

Em todos estes cenários, o Presidente pode sair fortalecido. A vitória obviamente o fortaleceria, mas o fracasso de sua estratégia frente ao vírus também poderia fortalecê-lo dando base à multiplicação de argumentos emergenciais e, no limite, podendo criar as condições para declarar estado de sítio com a finalidade de dar celeridade às ações do Executivo e o efeito imediato de suspensão temporária dos Poderes Legislativo e Judiciário. Uma situação semelhante afetaria ainda mais a combalida democracia brasileira, que depende do sistema de freios e contrapesos representado pela operação simultânea de três Poderes estatais independentes.

Conclusões

Teoria da conspiração? Aposta arriscada? Sim e sim. Trata-se de fato de uma hipótese conspiratória que é certamente muito arriscada para toda a nação e para o próprio Presidente da República. Ele precisa contar com fortes e amplos apoios para levar adiante um estado de exceção. Apesar de, aproximadamente, 1/3 da população nacional continuar manifestando seu apoio, há muitas dúvidas se o Presidente ainda teria respaldo de instituições importantes do próprio Executivo, como é o caso das Forças Armadas e, sobretudo, dos outros Poderes do Estado nacional.

Contudo, o que me parece mais importante desta arriscada hipótese conspiratória que apresentei é o fato dela ecoar a possibilidade de pensar no Presidente não apenas como louco. Este deslocamento reflexivo me parece urgente para que saíamos do lugar comum e preconceituoso de quem trata as ações do mandatário do Executivo Federal como se ele fosse boçal e inconsequente. Parece-me que muitos têm pensado assim desde que Jair Bolsonaro deixou sua condição de obscuro deputado improdutivo para, pela primeira vez, disputar umas eleições presidenciais de que já saiu vitorioso, em 2018.

Então, para concluir, pergunto: Quem está sendo boçal, o Presidente ou muitos de nós que o criticamos? Apesar de conhecer um bom número de críticas densas e profundas, que vão muito além da postulação da loucura (a exemplo de SAFATLE, 2020), este texto é um alerta para pensarmos se não está passando da hora de todos reconhecermos que o projeto autoritário do

Governo Federal não é loucura, mas parte de uma estratégia cruel e sofisticada de centralizar o poder e restringir (ainda mais) as liberdades individuais.

Referências

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de covid-19. In: DAVIS, Mike *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020. p. 13-24

OKE, Jason; HENEGHAN, Carl. **Oxford covid-19 evidence service, updated 30th March**. [online] CEBM – The Centre for Evidence-Based Medicine. March 30 2020. Disponível em: <https://www.cebm.net/covid-19/global-covid-19-case-fatality-rates/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SAFATLE, Vladimir. **Bem-vindo ao Estado suicidário**. [online] N-1 edições. 26 de março de 2020. Disponível em: https://n-1publications.org/004?fbclid=IwAR3CiIUCCezTdZpBJx65KXk00wFXy1rRd7ufWMm2wbiyoTvWUQRqz9_AIU. Acesso em: 27 mar. 2020.

WALKER, Patrick *et al.* **Report 12: The Global Impact Of Covid-19 And Strategies For Mitigation And Suppression**. [online] Imperial College London, March 26 2020. Disponível em: <https://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/medicine/sph/ide/gida-fellowships/Imperial-College-COVID19-Global-Impact-26-03-2020.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

ZIBECHI, Raúl. Coronavírus: a militarização das crises. In: DAVIS, Mike *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020. p. 31-34

Recebido: 05/04/2020

Aceito: 15/04/2020